



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ



PROJETO DE LEI Nº 081/2004

**Altera dispositivos do Código
Tributário do Município.**

LÉO ALBERTO KLEIN, Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º Ao artigo 47 da Lei Municipal 1.599, de 29.12.1992, que dispõe sobre o Código Tributário Municipal será acrescido o parágrafo terceiro que terá a seguinte redação:

“Art. 47 -

§ 3º Nas dações em pagamento por meio de lotes, efetuado pelo loteador, ao proprietário originário da área de terras utilizada para a implantação do loteamento , a alíquota será de 0,50% sobre o valor venal do lote transmitido.”

Art. 2º - Altera o item III da tabela I, anexa à Lei Municipal nº 1.599/92 que passa a vigorar com a seguinte redação:

III – Sociedades Profissionais

Por profissional habilitado, sócio, empregado ou não, por mês ou fração – R\$ 33,00 (trinta e três reais).

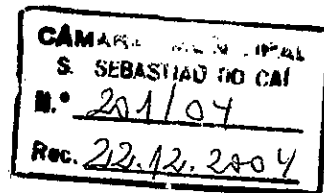
Art. 3º Esta Lei entrará em vigor no dia primeiro do mês seguinte ao de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí,

LÉO ALBERTO KLEIN
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ



EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS:

Senhor Presidente:

Senhores Vereadores:

Faz-se necessária a alteração de alíquota do ITBI para a dação em pagamento dos lotes do loteamento em virtude de apenas as pessoas jurídicas (incorporadora de imóveis) estarem autorizadas a lotear áreas, não sendo isso permitido às pessoas físicas.

Para lotear uma área de terras a pessoa física transmite a propriedade dessa a uma incorporadora, que após realizar as obras, dá em pagamento alguns lotes ao antigo proprietário. Nessa transmissão é que se deseja diminuir a alíquota de 2,00% para 0,50%, como forma de reduzir os custos desse tipo de obra e incentivar para que se regularizem os loteamentos irregulares.

A elevação do valor pago por profissional habilitado ou sócio das sociedades de profissionais se faz necessária para equiparar a tributação dessas sociedades às demais pessoas jurídicas, não beneficiadas por este tipo de tributação exclusiva.

Peço aos nobres edis que o presente projeto seja votado neste ano para vigor a partir do próximo ano.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí, em 22 de dezembro de 2.004.


LÉO ALBERTO KLEIN
Prefeito Municipal